



Redistribuição de renda no município de São Borja-RS: O Programa Bolsa Família

Camila Carvalho Collazzo, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Taís Martins Camoretto, discente de graduação, Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja

Ronaldo Bernardino Colvero, docente, Universidade Federal do Pampa

camilacollazzo.aluno@unipampa.edu.br

A constituição 1988 conhecida como a constituição cidadã, amparou através do Estado, milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade social. A partir dela, foi possível planejar o desenvolvimento da sociedade de maneira inclusiva. A constituição deu poder político a pessoas que não tinham acesso a nenhuma forma de manifestação nas arenas decisórias. Ao proteger a população no sentido de relacionar o Estado a saúde, educação e seguridade social cria-se a possibilidade de pensar políticas públicas para diminuir os índices de desigualdade sociais. Conforme se consolidaram as normativas da constituição e foram sendo desenvolvidas ações para ampliar o acesso da população aos direitos estabelecidos pela mesma, houve a complexificação das estruturas de gestão agora estabelecidas pela autonomia dos entes federativos através de um pacto. O pacto federativo permite que as políticas públicas possuam mais de uma esfera, com base na autonomia dos entes. Em 2004 começou a ser implementada no Brasil, uma política pública de redistribuição de renda condicionada, o Programa Bolsa Família – PBF, que tem por objetivo principal o combate da extrema pobreza. O PBF busca através da transferência financeira imediata, sanar questões emergentes para famílias de baixa renda, como questões nutricionais, por exemplo. A gestão do programa funciona em três níveis, sendo os níveis estaduais e municipais subordinados a união. O nível municipal coleta dados dos usuários e aplicam recursos vindos da União, enquanto este faz a transferência aos usuários que atendem aos requisitos do programa e faz transferências financeiras que amparam os outros entes na gestão. Neste sistema os estados têm o papel de auxiliar os municípios ajudando na capacitação e coordenação das ações. A gestão de um programa de redistribuição de renda com condicionantes, cria a necessidade do envolvimento de outras secretarias como as da saúde e da educação, nos três níveis dos entes federados, a fim de garantir o cumprimento das condicionalidades por parte dos beneficiários e amparar os mesmos no desenvolvimento destas atividades. Os condicionantes têm relação com os objetivos do programa de acabar com a desnutrição e o analfabetismo, de modo geral, busca combater a extrema pobreza e romper com o ciclo intergeracional da pobreza, fornecendo proteção social principalmente às crianças por meio do acesso à saúde e à educação. O município tem um papel muito importante no programa, pois age no cadastramento e tem relação com condicionantes estabelecidos pelo PBF. A análise delimitou-se a da gestão municipal do Programa Bolsa Família relacionando os dados anuais e mensais do programa de 2010 á 2021, Desta forma percebendo a realidade da estratégia de combate a extrema pobreza e o potencial de gestão do município. Visando contribuir com dados que possam ser utilizados no aprimoramento desta política pública. O objetivo geral deste trabalho é perceber

de que forma atua o município gestão de uma política pública federal. A metodologia utilizada neste trabalho foi a metodologia qualitativa a fim de atribuir significado à análise. A primeira fonte de dados utilizada foi a análise dos dados de sistemas públicos, o segundo tipo de dado apresentado foi coletado a partir da técnica de entrevista estruturada em pautas. A entrevista foi aplicada à coordenadora do Cadastro Único que também administra o PBF. Aqui foi empregada a análise de conteúdo de Bardin (1977), a transcrição e a codificação dos dados da entrevista foi organizada para análise com o uso do software de análise qualitativa MAXQDA. Utilizou-se neste trabalho de dois procedimentos, análise de dados quantitativos e a entrevista a fim de relacionar todos os aspectos que envolvem a gestão do programa. O método qualitativo reflete o caráter exploratório do problema de pesquisa que visa elencar o potencial de gestão de uma política pública nacional no ambiente municipal. Tendo como objetivo estabelecer questões estruturais da governança pública, observou-se a concepção do papel do estado como promotor de políticas públicas para com a sociedade. A trajetória do programa tanto a nível Federal como a nível municipal tem uma boa avaliação. Em função da amplitude populacional da cobertura do programa ele precisou ser estruturado de uma forma dinâmica, voltado sempre para os mecanismos tecnológicos o PBF conseguiu ter uma base sólida de veracidade quanto a realidade populacional. A realidade dos fatos descrita pela entrevistada, possibilitou perceber o conhecimento no diz respeito à amplitude dos objetivos do programa, pois coloca de forma pertinente os aspectos relacionados a questões assistenciais e didáticas dirigida aos usuários. A tangibilidade apresentada é satisfatória de acordo com questões de eficiência das responsabilidades públicas para com as questões sociais. Mas o cenário ideal pede medidas amplas de forma coerente e permanente, consolidando a presença do Estado.

Agradecimentos: Os autores expressam por meio deste sua gratidão às instituições que possibilitaram este estudo através das ações de incentivo à iniciação científica. A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul - FAPERGS, e a Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Palavras-chave: Gestão pública; Redistribuição de renda; Política pública; município.